



**Grupo de
Entidades do
Município de
Santa Cruz - PE**

**Balanco Financeiro
da
Lei Nº 4.320/64 MCASP**



Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: bdd411ca-ebca-44c7-8cd5-c38bb39e0d3b

Balanço Financeiro

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 MCASP
GRUPO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS

**Demonstrações Contábeis das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2021**

Contadora **Eziuda Maria de Sousa** CRC/PE 12.705/O-8

APRESENTAÇÃO



O Balanço Financeiro foi elaborado de acordo com o Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de Julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2021, consolidam as informações da prefeitura, secretárias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Secretaria de Finanças, em conjunto com a assessoria da Contadora Eziuda Maria de Sousa CRC 12.705/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do Município de Santa Cruz.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando: a. Receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; b. Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; c. As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e d. O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. Desta forma, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício, onde em geral um resultado positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. É importante ressaltar neste momento, que este referido resultado, não pode ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais. O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e à análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas. Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, em conformidade com os anexos XIX e XX, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicados ao Setor Público.

Percorrendo os resultados de 2021, observaremos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 48.469.969,73 (quarenta e oito milhões e quatrocentos e sessenta e nove mil e novecentos e sessenta e nove reais e setenta e três centavos). E os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 6.167.862,56 (seis milhões e cento e sessenta e sete mil e oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Quanto às despesas orçamentárias (empenhada), (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida) na ordem de R\$ 48.913.235,28 (quarenta e oito milhões e novecentos e treze mil e duzentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos). Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$ 5.819.435,10 (cinco milhões e oitocentos e dezenove mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e dez centavos).

As transferências financeiras concedidas foram de R\$ 8.744.774,27 (oito milhões e setecentos e quarenta e quatro mil e setecentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos) e recebidas no total de R\$ 7.250.562,28 (sete milhões e duzentos e cinquenta mil e quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos). Os saldos vindos do exercício anterior (31/12/2020) corresponde ao valor de R\$ 5.596.909,46 (cinco milhões e quinhentos e noventa e seis mil e novecentos e nove reais e quarenta e seis centavos). Ao final do exercício (31/12/2021) o saldo corresponde ao valor de R\$ 4.007.859,38 (quatro milhões e sete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos), gerando uma diminuição de R\$ 1.589.050,08 (um milhão e quinhentos e oitenta e nove mil e cinquenta reais e oito centavos). Assim, após esta breve introdução, apresentamos a íntegra do Balanço Financeiro do Grupo de Entidades Supervisionadas com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2021.

Eliane Maria da Silva Soares, Prefeita Municipal de Santa Cruz
Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

EZIUDA MARIA DE SOUSA
Contadora



Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZILDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: bdd411ca-ebca-44c7-8cd5-c38bb39e0d3b

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 2

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		48.469.969,73	41.939.687,88	DESPA ORÇAMENTÁRIA		48.913.235,28	38.290.914,49
ORDINÁRIO	N1	23.934.423,53	21.123.257,40	ORDINÁRIO	N5	16.892.383,21	16.159.552,51
VINCULADO		24.535.546,20	20.816.430,48	VINCULADO		32.020.852,07	22.131.361,98
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		346.329,32	605.314,66	RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.001.877,28	1.108.953,61
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		17.166.999,91	12.818.922,82	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		16.254.517,65	14.742.400,80
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		7.022.216,97	7.392.193,00	RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		13.764.457,14	6.280.007,57
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		7.250.562,28	5.390.505,54	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		8.744.774,27	6.897.566,54
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		7.250.562,28	5.390.505,54	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	N 6	0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO	N2	7.250.562,28	5.390.505,54	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		8.744.774,27	6.897.566,54
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	REPASSE CONCEDIDO		8.744.774,27	6.897.566,54
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		6.167.862,56	4.487.862,85	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		5.819.435,10	3.924.991,29
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		1.369.623,62	1.035.960,39	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		1.023.993,99	432.176,52
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	N3	10.698,48	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	N7	0,00	16.843,39
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.358.925,14	1.035.960,39	RP PROCESSADOS PAGOS		1.023.993,99	415.333,13
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		4.154.086,35	3.451.902,46	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		4.762.424,65	3.391.101,43
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		512.384,71	344.237,06	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		723.209,90	360.654,86
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		0,00	828,00	DEPÓSITOS E CAUÇÕES		0,00	828,00
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		408,65	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		299.316,65	247.575,19	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		577.403,81	248.522,43
ISS		112.730,24	102.869,31	ISS		119.950,42	66.214,49
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		84.211,47	91.903,72	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		164.393,86	63.778,06
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		10.863,32	6.012,51	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		19.577,27	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		25.569,24	18.454,95	PENSÃO ALIMENTÍCIA		29.500,41	19.185,26
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.488.762,38	1.346.447,52	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.490.480,74	1.344.729,16
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	0,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		12.075,96	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.620.248,34	1.293.574,20	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.625.423,63	1.287.189,19
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		644.152,59	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		33.016,46	101.713,32
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS		75.449,74	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		32.197,56	80.152,44
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		381.345,05	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		818,90	21.560,88
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		187.357,80	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		4.007.859,38	5.596.909,40
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		5.596.909,46	2.892.325,51				

Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
 https://tce-pe.gov.br/emp/validar/oc-segim/04411ca-e0c-44c7-8cd5-c38b39e0d13b

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



2 de 2

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>5.596.909,46</u>	<u>2.892.325,51</u>	<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>4.007.859,38</u>	<u>5.596.909,46</u>
CAIXA		162,57	162,57	CAIXA		0,00	162,57
CONTA ÚNICA	N 4	5.596.746,89	2.892.162,94	CONTA ÚNICA	N 8	4.007.859,38	5.596.746,89
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		67.485.304,03	54.710.381,78	TOTAL		67.485.304,03	54.710.381,78

Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Assessoria: https://sig.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: bdd411ca-ebca-44c7-8cd5-c38bb39e0d3b

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE

Exercício de 2021

1 of 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 ORDINÁRIO	28.878.693,78	4.944.270,25	23.934.423,53	24.877.979,98	3.754.722,58	21.123.257,40
1 VINCULADO	24.535.546,20	0,00	24.535.546,20	20.816.430,48	0,00	20.816.430,48
AS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	346.329,32	0,00	346.329,32	605.314,66	0,00	605.314,66
ED RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	17.166.999,91	0,00	17.166.999,91	12.818.922,82	0,00	12.818.922,82
SD RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	7.022.216,97	0,00	7.022.216,97	7.392.193,00	0,00	7.392.193,00
TOTAL	53.414.239,98	4.944.270,25	48.469.969,73	45.694.410,46	3.754.722,58	41.939.687,88





MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
Demonstrações Contábeis do Grupo de Entidades
Exercício de 2021

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64)

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz
b) Natureza jurídica da entidade: 124-4 – Município b.i) CNPJ: 24.301.475/0001-86 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas
c) Domicílio da entidade: AV Tres de Maio; nº 276; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
d) Nome da entidade: Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz
e) Natureza jurídica da entidade: 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal b.i) CNPJ: 11.491.419/0001-00 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
f) Domicílio da entidade: PC Padre Luiz Gonzaga; nº 30; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
g) Nome da entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz
h) Natureza jurídica da entidade: 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal b.i) CNPJ: 12.115.737/0001-39 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio
i) Domicílio da entidade: AV Antonio Floresta; nº 18; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
j) Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz (Fundo da Criança e do Adolescente)
k) Natureza jurídica da entidade: 124-4 – Município b.i) CNPJ: 24.301.475/0001-86 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas
l) Domicílio da entidade: AV Tres de Maio; nº 276; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE



m) Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz - PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código “124-4 - Município”, sendo sua atividade principal classificada como: “84.11-6-00 - Administração pública em geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura contam de secretárias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta, sua execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 496/2020, de 24 de novembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021). Sua fonte financeira deriva das transferências do Município e arrecadação de repasses dos governos, estadual e federal através dos repasses de transferências voluntárias ou de convênios (receitas correntes e de capital) e demais receitas.

n) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A entidade pública do Poder Executivo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis do Prefeitura Municipal de Santa Cruz, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internancional Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

o) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 153/2021 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) Do TCE-PE:

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

p) Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Executivo do Município de Exu, bem como os órgãos da administração direta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir:



<ul style="list-style-type: none">• Prefeitura Municipal de Santa Cruz;• Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz;• Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz;• Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Santa Cruz;
<p>q) Dados do gestor: Eliane Maria da Silva Soares, Prefeita Municipal de Santa Cruz. Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.</p>
<p>r) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC/PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com</p>
<p>s) Nome do software da contabilidade Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software</p>



RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Resumo das políticas contábeis significativas:

As demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. A representação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecidos no Manual MCASP 8ª Edição, nesse contexto segue os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao setor público.

A elaboração do balanço financeiro é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, para a estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar. O balanço financeiro utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas e de competência para as despesas, tendo como moeda funcional da entidade o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Em consonância com a Lei 4.320/1964 em seu art. 103, o balanço financeiro será composto pela receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Diante desses critérios a MCASP 8ª Edição orienta que o balanço financeiro será composto por um único quadro demonstrando a movimentação financeira das entidades do setor público, como:

- a. A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.



O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte

(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior

= **Resultado Financeiro do Exercício**

MODO 2

Receita Orçamentária

(+) Transferências Financeiras Recebidas

(+) Recebimentos Extraorçamentários

(-) Despesa Orçamentária

(-) Transferências Financeiras Concedidas

(-) Pagamentos Extraorçamentários

= **Resultado Financeiro do Exercício**

O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

a) Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. A execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos abaixo:

a.i) O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder aos lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de



permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

a.ii) Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

a.iii) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

a.iv) Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

a.v) Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.



a.vi) Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

a.vii) Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

a.viii) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o Manual MCASP 8ª Edição.

a.ix) Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.



a.x) Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

a.xi) Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

a.xii) Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado



financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b) Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Metodologia de reconhecimento dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2018	Concluída
Contratação de sistema para registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Prefeito/Finança s/ Tesouraria	31/12/2018	Concluída
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Metodologia de reconhecimento da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2015	Concluída
Contratação de sistema para registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Prefeito/Finança s/ Tesouraria	31/12/2015	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída



Adequação/Aquisição de sistema para registre de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões devidamente evidenciadas contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registre de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de sistema de controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/Contr ole Patrimonial	31/12/2020	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Controle patrimonial	31/12/2020	Em andamento



Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial/Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, impairment, etc. Dos elementos patrimoniais.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição\Desenvolvimento de sistema de controle dos ativos de infraestrutura;	Sistema informatizado adequado aos ativos de infraestrutura.	Prefeito/Controle Patrimonial	31/12/2023	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio de infraestrutura;	Relatório com detalhamento do patrimônio de infraestrutura do ente, com base em perícia ou “benchmark”.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação dos ativos de infraestrutura;	Metodologia de depreciação do patrimônio de infraestrutura à realidade.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
Desenvolvimento de rotinas de reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos de infraestrutura;	Metodologia de reavaliação e “impairment” para os ativos de infraestrutura.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
Adequação do sistema informatizado aos procedimentos anteriormente definidos para ajustes no patrimônio de infraestrutura.	Sistema informatizado adequado ao controle do patrimônio de infraestrutura.	Assessoria Sistema	31/12/2023	Concluída
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Prefeito/ Controle Patrimonial/ Assessoria	31/12/2023	Concluída
Evidenciação contábil dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão devidamente evidenciados contabilmente.	Controle Patrimonial/ Assessoria Contábil	31/12/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Metodologia de reconhecimento das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Assessoria	31/12/2020	Concluída



Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria / Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Metodologia de reconhecimento da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída



Adequação/Aquisição de sistema para registro da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.				
Ação				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.				
Ação				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2022	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2022	Concluída



Evidenciação contábil das demais obrigações por competência;	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Controle Patrimonial Financeiro/ Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Assessoria	31/12/2022	Concluída



Evidenciação contábil de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável devidamente evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. Devidamente evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controle de estoque\Almoxarifado Independente de execução orçamentária e com entrada por recebimento e baixa por consumo;	Metodologia de controle de estoque/almoxarifado	Administração/ Setor de Compras/ Almoxarifado	31/12/2022	Em andamento



Contratação de Sistema Informatizado para controle de estoque/almojarifado.	Estoque/almojarifado controlado através de Sistema informatizado.	Prefeito/ Administração /Setor de Compras/ Almojarifado	31/12/2022	Em andamento
Ajuste do Sistema de Informações Contábeis para as Metodologias anteriores;	Sistema de Informações Contábeis ajustado ao controle de estoque/almojarifado	Contabilidade	31/12/2022	Concluída
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Processo e Sistema Patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP..	Controle Patrimonial/ Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Patrimonial baseado nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Assessoria	31/12/2021	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída



Escrituração NBCASP	Lançamentos FUNDEB escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de Operações de Crédito escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Adequação do plano de contas do RPPS ao PCASP.	Plano de Contas Convergado	Finanças/Contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos RPPS escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2015	Concluída



Escrituração NBCASP	Lançamentos Dívida Ativa escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2015	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de Precatórios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2016	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de eventos de consórcios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2016	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Aquisição\Desenvolvimento de sistema para queo PCASP estendido e os eventos sejam agregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída



Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Finanças/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Finanças/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Finanças/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ajustes das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	Finanças/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Finanças/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída



c) Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

c.i) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

c.ii) Constituição de provisões:

Não houve constituição de provisões resultantes e independentes da execução orçamentaria

c.iii) Reconhecimentos de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independente da execução orçamentaria.

c.iv) Transferências de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para o grupo de entidades:

Não houve transferência de ativos para outros grupos de entidades.



INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS:

a) Termos e Definições correlatos ao Balanço Financeiro:

A Lei nº 4.320/1964 no seu Artigo 103: trata da demonstração contábil Balanço Financeiro (BF) que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios (recebimentos e os pagamentos) extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

a.i) Ingressos:

Receitas Orçamentárias Ordinárias

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, para atender a quaisquer finalidades.

Receitas Orçamentárias Vinculadas

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- a.** ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- b.** inscrição de restos a pagar.

a.ii) Dispêndios:

Despesas Orçamentárias Ordinárias

As despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Despesas Orçamentárias Vinculadas

As despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- a.** relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentárias (ex. devolução de depósitos); e
- b.** restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos) e Concedidas (Dispêndios):

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Saldo do Exercício Anterior (Ingressos) e Saldo para o Exercício Seguinte



(Dispêndios):

Compreende os recursos financeiros, e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros (de acordo com a Lei nº 4.320/1964 em seu Artigo 3º [...] Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.



REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA:

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Balanço Financeiro:

a.i) Ingressos:

Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021



INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		48.469.969,73	41.939.687,88
<u>ORDINÁRIO</u>	N1	<u>23.934.423,53</u>	<u>21.123.257,40</u>
<u>VINCULADO</u>		<u>24.535.546,20</u>	<u>20.816.430,48</u>
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		346.329,32	605.314,66
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		17.166.999,91	12.818.922,82
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		7.022.216,97	7.392.193,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		7.250.562,28	5.390.505,54
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>7.250.562,28</u>	<u>5.390.505,54</u>
REPASSE RECEBIDO	N2	7.250.562,28	5.390.505,54
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		6.167.862,56	4.487.862,85
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>1.369.623,62</u>	<u>1.035.960,39</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	N3	10.698,48	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.358.925,14	1.035.960,39
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>4.154.086,35</u>	<u>3.451.902,46</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		512.384,71	344.237,06
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		0,00	828,00
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		299.316,65	247.575,19
ISS		112.730,24	102.869,31
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		84.211,47	91.903,72
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		10.863,32	6.012,51
PENSÃO ALIMENTÍCIA		25.569,24	18.454,95
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.488.762,38	1.346.447,52
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.620.248,34	1.293.574,20
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>644.152,59</u>	<u>0,00</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS		75.449,74	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		381.345,05	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		187.357,80	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		5.596.909,46	2.892.325,51



Notas Explicativas – NE:

Ingressos Orçamentários:

NE1 – Receita Orçamentária: os valores dos ingressos orçamentários de 2021 decorrentes das receitas orçamentárias totalizaram R\$ 48.469.969,73 (quarenta e oito milhões e quatrocentos e sessenta e nove mil e novecentos e sessenta e nove reais e setenta e três centavos), sendo provenientes da arrecadação pública do Poder Executivo Municipal, durante o exercício.

NE2 – Transferências Financeiras Recebidas: o valor registrado nas transferências financeiras recebidas para execução orçamentária no exercício de 2021 totalizaram R\$ 7.250.562,28 (sete milhões e duzentos e cinquenta mil e quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).

NE3 - Ingressos Extraorçamentários:

Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 6.167.862,56 (seis milhões e cento e sessenta e sete mil e oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), sendo compostos por as contas: Inscrição de Restos a Pagar e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

NE – Inscrição de Restos a Pagar: Restos a Pagar Não Processados E processados que tiveram sua inscrição realizada no exercício de 2021 representam o valor de R\$ 1.369.623,62.

NE – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: compreendem os ingressos não previstos no orçamento, sendo ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros que representam o valor de R\$ 4.154.086,35.

Saldos do Exercício Anterior:

NE6 – O saldo disponível em bancos em 31/12/2020 corresponde ao valor de R\$ 5.596.909,46 (cinco milhões e quinhentos e noventa e seis mil e novecentos e nove reais e quarenta e seis centavos).

a.ii) Dispêndios:



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		48.913.235,28	38.290.914,49
<u>ORDINÁRIO</u>	N5	<u>16.892.383,21</u>	<u>16.159.552,51</u>
<u>VINCULADO</u>		<u>32.020.852,07</u>	<u>22.131.361,98</u>
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.001.877,28	1.108.953,61
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		16.254.517,65	14.742.400,80
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		13.764.457,14	6.280.007,57
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		8.744.774,27	6.897.566,54
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	N 6	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>8.744.774,27</u>	<u>6.897.566,54</u>
REPASSE CONCEDIDO		8.744.774,27	6.897.566,54
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		5.819.435,10	3.924.991,29
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>1.023.993,99</u>	<u>432.176,52</u>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	N7	0,00	16.843,39
RP PROCESSADOS PAGOS		1.023.993,99	415.333,13
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>4.762.424,65</u>	<u>3.391.101,45</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		723.209,90	360.654,86
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		0,00	828,00
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		408,65	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		577.403,81	248.522,43
ISS		119.950,42	66.214,49
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		164.393,86	63.778,06
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		19.577,27	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		29.500,41	19.185,26
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.490.480,74	1.344.729,16
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		12.075,96	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.625.423,63	1.287.189,19
<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>33.016,46</u>	<u>101.713,32</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		32.197,56	80.152,44
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		818,90	21.560,88
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		4.007.859,38	5.596.909,46



Notas Explicativas – NE:

Dispêndios Orçamentários:

NE5 – Despesa Orçamentária: a despesa orçamentária (empenhado) no exercício foi de R\$ 48.913.235,28 (quarenta e oito milhões e novecentos e treze mil e duzentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos).

NE6 – Transferências Financeiras Concedidas: as transferências concedidas totalizam R\$ 8.744.774,27 (oito milhões e setecentos e quarenta e quatro mil e setecentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

NE7 - Dispêndios Extraorçamentários:

Os desembolsos extraorçamentários totalizam R\$ 5.819.435,10 (cinco milhões e oitocentos e dezenove mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e dez centavos), sendo compostos por as contas: Pagamentos de Restos a Pagar, Consignações Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

NE – Pagamentos de Restos a Pagar: Restos a Pagar Processados pagos no exercício de 2021 representam o valor de R\$ 1.023.993,99.

NE – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentárias (ex. devolução de depósitos), representam o valor de R\$ 4.762.424,65.

Saldos para o exercício seguinte:

NE8 – O saldo disponível em 31/12/2021 corresponde ao valor de R\$ 4.007.859,38 (quatro milhões e sete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Resultado Financeiro do Período:

O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 4.007.859,38 (quatro milhões e sete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos).



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<p>a) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no balanço financeiro.</p>
<p>b) Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do grupo de entidades e pressuposto das estimativas: Não se aplica a este demonstrativo.</p>
<p>c) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do grupo de entidades no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações do grupo de entidades.</p>
<p>d) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.</p>

SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS AS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO:

Não houve operações que impactem significativamente o balanço financeiro e necessitem de ajustes.

O DETALHAMENTO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE/DESTINAÇÃO DE RECURSOS:

--